

A educação de jovens e adultos em movimento: a alfabetização como possibilidade de uma ação emancipatória no MST

Jose Ronaldo da Silva Santos¹, Eric Fabiano Silva²

Resumo

A análise das relações entre a Educação de Jovens e Adultos (EJA), o trabalho e a exclusão social nos leva a um permanente olhar destes processos em duas direções fundamentais. Por um lado é necessário estarmos atentos às contraditórias transformações que precarizam a vida de milhões de seres humanos, negando-lhes os direitos mais básicos como educação, saúde, moradia, acesso a terra, dentre outros processos de desumanização a que são submetidos os sujeitos sociais. Por outro lado, manifestam-se intensas lutas pelos direitos humanos e manifestações de mobilização coletiva, vindas dos excluídos e oprimidos nos movimentos sociais e das experiências de lutas democráticas pela emancipação humana. No presente estudo, pretendemos fazer um estudo acerca da EJA, em uma perspectiva de transformação social no contexto do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, traçando, assim, um paralelo com o trato e a dinâmica que a EJA assume no contexto do mundo globalizado, enfocando possibilidades e experiências de educação em uma perspectiva popular, experiências essas ocorridas em momentos distintos e geograficamente escassos na sociedade brasileira, localizados principalmente no contexto de movimentos sociais de luta pela terra e de resistência no campo.

Palavras-chave

Educação de Jovens e Adultos. MST. Emancipação

1. Especialista em Educação de Jovens e Adultos pela Universidade Federal de Santa Catarina, graduado em pedagogia pela Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: ronnybaiano84@yahoo.com.br.

2. Especialista em Educação de Jovens e Adultos pela Universidade Federal de Santa Catarina, graduado em Geografia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. E-mail: eric.bc@ig.com.br.

Education for young people and adults in motion: literacy as a chance of emancipatory action in the MST

Jose Ronaldo da Silva Santos*, Eric Fabiano Silva**

Abstract

The analysis of the relations between the Youth and Adult Education (EJA), work and social exclusion leads us to a permanent look of these processes in two fundamental directions. On one hand we are aware of the contradictory transformations that impoverish the lives of millions of human beings, denying them the most basic rights as education, health, housing, access to land, among other dehumanizing processes to which are submitted the social subjects. On the other hand, this process manifests intense struggle for the human rights, the manifestations of collective actions, arose from the excluded and oppressed in social movements and from the democratic struggles for the human emancipation in its broadest sense. In this study, we intend to do a study of the EJA in a perspective of social transformation in the context of the Movement of Landless Rural Workers – MST, tracing a parallel with the tract and the dynamics that EJA assumes in the context of a globalized world, focusing on opportunities and educational experiences in a popular perspective. These experiences occurred at different times and geographically limited spaces in the Brazilian society, mainly located in the contexts of social movements of struggle for land and resistance in the field.

Keywords

Youth and Adult Education. MST. Emancipation.

* Specialist in Young and Adult Education at the Federal University of Santa Catarina, graduated in Pedagogy at the Federal University of Espírito Santo. E-mail: ronnybaiano84@yahoo.com.br.

** Specialist in Young and Adult Education at the Federal University of Santa Catarina, graduated in Geography at the State South-west University of Bahia. E-mail: eric.bc@ig.com.br.

Educação de jovens e adultos em movimento: uma análise prospectiva e potencial

Neste breve ensaio, que pretende discutir a EJA em uma perspectiva de transformação social emancipatória, faz-se necessário o enfoque das possibilidades de emancipação humana, dando destaque às reflexões sobre como a emancipação poderá ser possível e praticada por meio dos processos educativos desenvolvidos em contextos de luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), tendo em vista a necessidade da compreensão de que existem implicações histórico-culturais que diminuem os sujeitos analfabetos enquanto sujeitos de direitos e de possibilidades o que, por sua vez, influenciará diretamente ao processo de emancipação humana almejado nos contextos de educação popular.

No entanto, falar da alfabetização de adultos, na perspectiva dos sujeitos sociais, remete-nos ao pensamento da construção de uma perspectiva de educação nos movimentos sociais e populares, constituídos como conquista e construção histórica no Brasil e de fundamental importância para a construção de uma visão popular e definidora da educação da classe trabalhadora com uma orientação pedagógica diferenciada, tendo como base do processo de ensino-aprendizagem a dinâmica da própria realidade histórica.

A educação popular, desenvolvida nos contextos diversos, é resultante de uma tomada de consciência da população a respeito do que seria a construção de um projeto de disputa hegemônica através da formação dos sujeitos sociais organizados. Aqui, devemos fazer um esforço para entendermos estes processos de ensino no campo formal e informal, sendo este mais forte a partir dos anos 1970 e 1980, período de efervescência social e de necessidade de formação política dos sujeitos engajados em processos de lutas. O aprendizado dos

direitos humanos pode ser destacado como uma dimensão educativa e os movimentos sociais abordam a luta pela escola como um direito. Da mesma forma que se constituem como direito à saúde, à moradia, à terra etc.

Podemos dizer que a educação básica e formal no Brasil traçou dois caminhos distintos: de um lado, temos uma população absolutamente carente de educação, índices de escolaridade baixos e deletérios, altas taxas de analfabetismo. Entretanto, por outro lado, temos a influência de um sistema de educação das elites que atende às demandas das classes médias e alta, explicitando uma relação totalmente desfavorável com a totalidade da população que não tem acesso a esse sistema. Esta contradição apresenta-se como um dilema para desenvolvimento do país no que se refere à oferta de educação gratuita e de qualidade.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2007, 21,6% dos brasileiros com mais de 15 anos de idade são considerados analfabetos funcionais, uma diferença pequena se compararmos com o índice de 2006, 22,2%.

De acordo com o Instituto Nacional de Educação e Pesquisas Educacionais (INEP), no meio rural brasileiro, a taxa de analfabetismo entre os adultos é de 28,7%. Tal situação demonstra que a garantia do ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os cidadãos que não tiveram acesso na idade regular – conforme fixado no inciso I, artigo 4º, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996 (BRASIL, 2005) – não vem sendo cumprida no campo.

Temos que as maiores taxas de analfabetismo estão em municípios do Norte e Nordeste brasileiro. Curiosamente, a pesquisa realizada pelo INEP em 2004, acerca da situação nos assentamentos e acampamentos, revela que a taxa de analfabetismo nestes espaços é de 23%, o que nos leva a considerar que o trabalho realizado pelos Movimentos Sociais e parceiros (Universidades, ONGs

e poder público), mesmo em condições adversas, tem contribuído para a diminuição dos índices de analfabetismo no campo.

Isso remonta a refletir sobre o descaso com a educação dos povos do campo, nunca levada a sério pelo Estado no sentido de sua oferta e continuidade, e sobre o utilitarismo dos programas sociais de alfabetização, uma vez que, em termos absolutos, existe uma queda real nas estatísticas, mas, em se tratando da quantidade de analfabetos funcionais, entra-se em outro problema que é o da sequência e da permanência destes sujeitos nos estabelecimentos de ensino.

Os dados da pesquisa também nos leva a crer que o que é desenvolvido em educação nos movimentos sociais é fundamental para enfrentar estes índices; não que se deva fazer aquilo que é de responsabilidade do Estado – esta, sem dúvida, não pode ser a matriz de ação dos movimentos – mas estes movimentos devem ver no processo educativo, principalmente com os jovens e adultos, uma possibilidade de formação e desvendamento de uma nova relação com o conhecimento e com a própria realidade, potencializando ações de transformações sociais.

Dessa forma, pensar a educação de jovens e adultos, na perspectiva da ação transformadora, é pensar na própria essência do direito à educação, em que a escola vai deixando de ser vista como uma dádiva da política clientelística e exigida como um direito.

Nessa reeducação da cultura política, os movimentos sociais (tão diversos e persistentes naquilo que acreditam enquanto potencial e sociedade diferente, com justiça e humanização plena) têm desempenhado um papel pedagógico relevante. Essa reeducação, que vai colocando a educação e a escola popular na fronteira do conjunto dos direitos humanos, se contrapõe ao discurso oficial e, por vezes, pedagógico que reduz a escolarização à mercadoria, a investimento, à capital humano, à nova habilitação para concorrer no mercado cada vez mais seletivo. E as lutas coletivas

pela escola básica explicitam essas tensões.

O que é emancipação humana?

Em termos de dicionário, emancipar é “tornar-se civilmente capaz de emancipação. [Aquele] Que é senhor de seus próprios atos, de sua pessoa; livre, independente” (FERREIRA, 2004). Já o “Dicionário do Pensamento Marxista” traz que, de acordo com a perspectiva liberal clássica, a liberdade é a ausência de interferência ou, ainda mais especificamente, de coerção. O marxismo é herdeiro de uma concepção mais rica e mais ampla de liberdade como autodeterminação. Liberdade aqui é a ausência de restrições à emancipação humana.

Há um século e meio, Marx e Engels (1978) gritavam em favor da união das classes trabalhadoras do mundo contra sua espoliação. Atualmente, é necessário e urgente que se faça a união e a rebelião dos sujeitos contra a ameaça que lhes atingem, a da negação de si mesmos como seres humanos submetidos à fereza da ética do mercado (FREIRE, 1998).

Assim, em “A questão judaica” (1978), Marx estabelece uma distinção entre os conceitos “emancipação política” e “emancipação humana”. A emancipação política se configurou pela superação da forma de sociabilidade feudal, em que o modo de produção estabelecia uma desigualdade jurídica e política explícita entre as classes sociais. Portanto, a emancipação política, não extingue, antes solidifica a desigualdade social. Não obstante, para Marx, a emancipação política, para o seu contexto, representa um grande progresso. É certo que não é a última forma da emancipação humana, mas é a última forma na ordem do mundo atual. “Entendamo-nos: falamos da emancipação real, da emancipação prática” (MARX, 1978).

Neste novo milênio, estamos vivendo um grande paradoxo: ao mesmo tempo em que avançamos, em relação ao progresso tecnológico, caminhamos num sentido quase

inverso a respeito da capacidade de garantir um rumo ético e emancipatório para a vida em coletividade. Estamos vivenciando sociedades que, em pleno século XXI, ainda negam o direito à educação a uma parte significativa da população e, quando oferecem o acesso, a ela, isso se dá de forma marginal e sem eficácia.

No Brasil, estamos diante de uma realidade em que o acesso à educação está relacionado ao acesso a outros direitos sociais. Isto atinge, diretamente e em maior número, a população negra, as mulheres e a população jovem; incidindo, em maior escala, sobre a população das regiões Norte e Nordeste.

Uma sociedade cada vez mais globalizada e que apresenta consideráveis avanços tecnológicos mostra suas contradições quando pensamos no fato de a maioria da população viver submetida a processos de exclusão e violência. A ética vigente atende muito mais aos interesses do mercado que as necessidades da espécie humana. Há, portanto, o desenvolvimento da ciência e, ao mesmo tempo, a banalização da vida, a desumanização do ser que é resultante dos processos bipolares de inclusão e exclusão.

Paulo Freire e Boaventura (1998, p. 147) criticam o projeto de globalização e as políticas neoliberais excludentes que se consolidam em nível nacional e internacional, não excluindo as discussões sobre como este projeto atinge a educação. Assim, uma educação que esteja a serviço do processo de emancipação humana, bem como um processo de globalização contra-hegemônico, se faz necessária e urgente, pois, apenas dessa forma, tornar-se-á possível um projeto de sociedade que condiga com a dignidade do homem, que respeite as culturas locais, o multiculturalismo e a emancipação em todos os sentidos. Toda a reestruturação proposta tem a ver com liberdade e com supressão dos obstáculos à emancipação humana, ou seja, vincula-se ao múltiplo desenvolvimento das possibilidades humanas e à criação de uma nova forma de associação

que faça jus a nossa condição de homens.

O papel da educação de jovens e adultos e suas possibilidades de emancipação humana

Na era do conhecimento e da informação não se pode mais conceber a educação sem levar em conta a existência do ser humano enquanto ser social. Nesta perspectiva, faz-se necessário um esforço filosófico e antropológico sobre a natureza humana e a respeito de uma de suas características – ser – enquanto produção e possibilidade de desenvolvimento, infundável. O ser humano na sua subjetividade existencial é, por natureza, um ser diferenciado e inacabado que tem entre suas capacidades fundamentais a competência para projetar o seu futuro de maneira racional e organizada.

Estamos em uma época em que a educação passa por grandes processos de mudança e distorção daquilo que seria o seu grande objetivo ontológico – e, mais que isso, o seu horizonte enquanto ciência do conhecimento e da arte – de produzir e reproduzir os conhecimentos essenciais à continuidade da humanidade e dos seres humanos, enquanto seres produtores de conhecimentos.

Inauguramos, na era do capital e na crise deste sistema de ordenamento social, uma forma de educação, cada vez mais, hegemônica. E existe, no interior desta disputa, a construção de uma visão de mundo distorcida e fundamentalmente baseada no consumismo, na irracionalidade do mercado e das intempéries do mundo capitalista. Além disso, há a falta de bases sólidas e democráticas nos processos de gestão e ordenamento da educação das massas que se marginalizam e são renegadas ao doutrinamento dos interesses de uma elite reacionária que controla, de forma suja, a própria construção do conhecimento nos meios populares, principalmente no campo,

espaço em que a falta de escolas e de condições de acesso à informação é tão presente.

Contudo, alguns pensadores e intelectuais – remando contra a maré e a favor de uma educação que dê possibilidades aos sujeitos jovens e adultos, principalmente, a possibilidade de refletir sobre sua realidade e, mais que isso, de refletir sobre uma tentativa de mudança radical – pensaram em uma educação diferente que partisse de suas próprias aspirações, que refletisse sobre os problemas existentes na sociedade e na coletividade e, mais que isso, que buscasse solucionar esses problemas.

Para Freire (1979, p. 27),

O homem é o único que pode refletir sobre si mesmo e colocar-se num determinado momento, numa certa realidade: é um ser na busca constante de ser mais e, como pode fazer esta auto-reflexão, pode descobrir-se como um ser inacabado, que está em constante busca. Eis aqui a raiz da verdadeira educação.

Neste entendimento, e na perspectiva de discutir a educação de jovens e adultos no contexto de movimentação popular, destacaremos algumas questões fundamentais e próprias da educação como resistência ao modelo opressor imposto pelo sistema formal. Desta forma, a EJA só contribuirá para a emancipação do ser humano (e, fundamentalmente, dos sujeitos da EJA, por se perceberem como sujeitos inacabados) se novas formas alternativas de socialização do conhecimento forem buscadas. A educação, na sua essência, deverá ser a ação dos próprios sujeitos e não objetos dela, segundo Freire (1979). Contudo, sempre existirá o contraponto entre o saber e o não saber, a necessidade e a abundância, entre o ter e o não ter, enfim, entre a emancipação e a opressão.

A educação é vista como algo que tem um caráter permanente, ou seja, não há seres educados e seres não educados, todos estão

em constante aprendizagem, o que existem são graus variados de educação, mas estes não são perpétuos. Assim, os sujeitos da EJA que, em sua maioria, são os sujeitos privados de educação e outros bens sociais não podem ser considerados como dados estatísticos, pois são, sem medo de vacilar na afirmação, seres que estão no mundo e com o mundo, caso contrário, não haveria transcendência e objetividade. Isso torna, então, os sujeitos da EJA capazes de se relacionarem, de saírem dos próprios limites e se projetarem, enquanto sujeitos históricos. A educação como um processo de mudança social deve possibilitar aos sujeitos da EJA a captação de uma realidade, fazendo-a objeto de sua própria mudança, assumindo a postura de um sujeito cognoscente, isto é, um sujeito que ao compreender a realidade, deve ter a capacidade e a ousadia de buscar mudanças. Dessa forma, quando os sujeitos da EJA compreendem a sua realidade, podem levantar hipóteses sobre o desafio dela e procurar soluções para que se possa transformá-la.

A alfabetização de adultos, por sua vez, deve ser vista como um ato criador que permita um debate crítico e motivador com os sujeitos jovens e adultos, na perspectiva do ato de ler e escrever, para poder melhorar a sua leitura de mundo. Os sujeitos jovens e adultos conseguirão ser mais, na medida em que a alfabetização for mais do que a aprendizagem mecânica de técnicas de leitura e escrita, tornando-se capaz de tornar compreensível o que se lê e o que se escreve, estabelecendo uma relação com o mundo concreto a sua volta.

Assim, a alfabetização não pode acontecer de dentro para fora, nem de cima para baixo, deve ser, ao contrário, um estar com; um fazer com, entendendo que deve ser algo compartilhado e humano. Assim, a EJA pode desencadear um processo de emancipação humana no sentido original da palavra, atribuindo ao processo educativo tal responsabilidade, dado o tamanho da complexidade em que

se encontra a organização da vida social dos sujeitos integrantes do Movimento Sem Terra.

Neste sentido, a educação atuaria como uma teorização da prática, em que, segundo contribuições do pensamento marxista, essencialmente, seria uma educação da práxis, devendo ser pública, gratuita e uniforme na sua formatação oficial; uma educação que assegure o desenvolvimento integral da personalidade humana, com a aproximação da ciência e do trabalho, possibilitando que o ser humano seja mais completo e que suas potencialidades sejam desenvolvidas. Nessa perspectiva, e considerando a fase atual em que se encontram desenvolvidos os processos de EJA, com forte emparelhamento do Estado e apropriação utilitária dos processos de leitura e escrita, seria ilusório pensar que a educação dará conta do processo de mudança radical da sociedade, contudo, é inegável pensar em uma sociedade emancipada, sem um processo educacional universal e engajado com propósitos de mudanças.

No contexto da globalização hegemônica, no qual a educação encontra-se, muitas vezes, pouco vigorosa no sentido de dar a sua contribuição no processo de emancipação humana, passará, então, a ser vista como mera repetição de doutrinas sociais dominantes e como a reprodução do pensamento burguês. Diante dessa situação, as ideias sobre emancipação precisam ser (re) discutidas, amparadas por um debate teórico que contemple os dilemas e as perspectivas da emancipação da humanidade, frente às novas configurações societárias instituídas.

A educação, por sua vez e dado o seu papel, precisa debruçar sobre os problemas que assolam a sociedade e o desafio aqui, sem dúvida, é a construção de propostas concretas para superar dialeticamente os processos socioculturais desumanizantes, construindo, igualmente, novas bases filosófico-científicas capazes de orientar um projeto emancipatório de sociedade (ZITKOSKI, 2003, p. 1).

Portanto, a educação não pode ser condicionada a um processo emancipatório, em que, por si só poderá resolver os problemas sociais das pessoas; também não se intenciona atribuir à alfabetização esta tarefa. Contudo, buscamos a reflexão acerca da perspectiva de uma sociedade emancipada, que contemple em uma educação de base e, especificamente, na educação de jovens e adultos, uma maneira de levar em conta o multiculturalismo, identificando as possibilidades e os limites que as práticas emancipatórias colocam para a Educação Popular, no interior dos movimentos sociais.

Segundo Adorno (2003), é necessário pensarem uma educação que seja público-estatal, integralmente acessível às camadas populares, pensada em função da socialização do saber e da formação integral do Homem, democratizada em suas diferentes dimensões, da concepção à gestão, promotora da efetiva soberania popular.

Nesta perspectiva, completa o mesmo autor, popularizar a educação não significa absolutamente criar programas faraônicos, supletivos para a alfabetização das camadas populares, particularmente de jovens e adultos que se encontram fora da faixa etária escolarizável. Ao contrário, significa universalizá-la e democratizá-la em seus diferentes níveis e dimensões, tornando-a, de fato, acessível às camadas populares, promovendo, pela via do conhecimento e da cidadania, as condições de inteligibilidade necessárias à transformação social e à emancipação humana, o fim último da ação político-pedagógica.

Desta forma, a educação vista como não utilitarista, salvadora e responsável por resolver todos os problemas sociais de um país ou uma determinada classe social, também não lhe tira a responsabilidade sobre as mudanças sociais, só possível na totalidade social, no sentido de que é preciso popularizar as diferentes instituições da esfera pública, não apenas a educacional. E, visto que a esfera pública é a mediadora da ação estatal e de suas

políticas, popularizá-la implica a popularização do Estado e do poder nele constituído.

A educação popular, pelo diálogo, caminha para a superação das formas existentes de opressão, uma pedagogia emancipatória. Uma pedagogia orientada pela interpretação do mundo, considerando que todos se educam pelo diálogo, intersubjetivamente (MELO NETO, 2004, p. 176).

A perspectiva posta é que a emancipação, como condição social necessária ao processo de libertação integral das mazelas que afligem determinadas classes dentro do sistema capitalista, não tem sentido se acontecer de forma fragmentada. É necessário entender que uma série de fatores – não postos e não visíveis – é essencial, e que dentre eles, percebe-se a própria condição de classe em que os sujeitos se encontram. Isso, muitas vezes, não é determinado apenas pela má qualidade ou falta de educação, mas por um conjunto de fatores correlacionados a outras questões de ordem econômica, política e social em vários aspectos da sociedade. No entanto, o oprimido, cedo ou tarde, ao lutar contra os que o diminuíram, verá que esta luta somente terá sentido quando, ao buscar recuperar a sua humanidade, perceber que somente os oprimidos terão a força de libertar-se.

Freire, em toda a sua obra, deixa claro sua própria posição na sociedade, na educação, na vida, diante do outro, diante dele mesmo. Ele sempre nos desperta a reflexão sobre os limites da educação. Entretanto, destaca, fundamentalmente, o papel que temos e a responsabilidade de assumi-la, na construção de uma sociedade mais democrática e humana. Nesse sentido, Freire reconhece que o projeto de emancipação humana só será efetivado na sociedade socialista e que, assim como Marx, o progresso da emancipação política só é possível com a emancipação geral da humanidade.

Nesse sentido, a emancipação humana não

acontecerá por eventualidade, por concessão, mas será uma conquista efetivada pela práxis humana, que demanda uma luta ininterrupta, em que não basta defender uma libertação enquanto ponto ideal, fora dos homens, pois, inclusive, eles se alienam. A liberdade é condição imprescindível ao movimento de busca em que estão inscritos os homens como seres inconclusos: “a libertação, por isto, é um parto [...]. O homem que nasce deste parto é um homem novo que só é viável na e pela superação da contradição opressor-oprimido, que é a libertação de todos” (FREIRE, 1991, p. 35).

O processo de emancipação contempla o processo de humanização, tanto do oprimido, quanto do opressor. Essa luta apenas terá sentido se os oprimidos, ao buscarem reconstruir sua humanidade, não se sentirem idealistamente opressores, nem se tornarem, de fato, opressores dos opressores, mas restauradores da humanidade de ambos. “E aí está a grande tarefa humanista e dos oprimidos – libertar-se a si e aos opressores” (FREIRE, 1991, p. 30).

Os analfabetos devem ser reconhecidos como homens e mulheres produtivos e possuidores de uma cultura, não seres depositários. Assim, devem ser tomados como sujeitos de sua aprendizagem, cercados por uma ação educativa e detentores de um diálogo sobre aquilo que lhe é significativo na vida. No contexto brasileiro, foram feitas experiências que nos valem ainda hoje, baseadas em métodos de educação popular motivados pela construção de uma alfabetização conscientizadora e libertadora; os chamados MEBs – Movimento de Educação de Base. Este movimento era uma iniciativa de vários intelectuais, estudantes, trabalhadores, na peleja da luta por terra, e, em seguida, por escolas. Os intelectuais da educação mudaram a lógica estrutural do sistema implantado pela ditadura e construíram novas formas de aprendizado.

O final da década de 1970 e início da década de 1980 são marcados, então, pela

emergência de vários movimentos sociais em todo o país, entre eles o MST. Estes movimentos trouxeram consigo a luta contra a ditadura e novas demandas sociais. Assim, vários grupos populares iniciaram um trabalho de educação popular, sem dúvida, eram experiências isoladas, mas que surtiam efeitos grandes, uma vez que estes movimentos traziam de volta a contribuição de Freire no campo da educação de adultos.

Essas dispersas e diversas mobilizações populares se prolongaram por todas as últimas décadas. Controladas, cooptadas ou reprimidas brotam e rebrotam tão persistentes quanto à exclusão e à marginalização a que continuam submetidos os setores populares. É esta a pedagogia que pode ser encontrada nas lutas e mobilizações dos setores populares das cidades e dos campos. A consciência do direito ao trabalho, à cidade e à terra se alimentam e contaminam, assim, radicaliza-se na inserção da produção e se amplia nas lutas pela inserção nos serviços básicos como saúde e educação.

Trajatória e experiências de Educação de Jovens e Adultos no MST

Atualmente, são inúmeras as experiências de EJA vinculadas aos movimentos sociais e administrações populares, Universidades e Organizações Não Governamentais. No campo do acúmulo teórico-metodológico, estas experiências registraram a perspectiva de uma alfabetização conscientizadora dos anos 60 do século passado. A estas experiências acrescentaram-se outras bandeiras de lutas por educação, voltadas para a aprendizagem da leitura e da escrita, baseadas na vivência social dos sujeitos assentados e acampados. A tese do campo como espaço de afirmação de identidades vai contrapor algumas teses que afirmam a extinção desse espaço social e significativo para a sociedade.

Um projeto de educação básica do

campo deve incorporar uma visão mais rica do conhecimento e da cultura, uma visão digna do campo, concebendo a escola como associada à vida dos sujeitos que ali vivem.

Para compreender a necessidade de alfabetização no movimento social e o momento histórico da educação de jovens e adultos no MST, no contexto da sociedade brasileira, faz-se necessário uma retrospectiva histórica das ações desenvolvidas nesta área, tanto do ponto de vista das iniciativas da sociedade civil, como das políticas de governos. Neste sentido, procuramos inserir o histórico da EJA nos diferentes momentos da realidade brasileira, buscando compreender os principais traços existentes e seus reflexos nas políticas de EJA no campo brasileiro, que remontam desde o período imperial até a atualidade que, na sua estrutura de oferta, beneficiava apenas as elites do Brasil, fazendo com que grande parte da população ficasse a mercê do analfabetismo estrutural e dominante.

Neste contexto, insere-se a EJA no MST num momento histórico de trabalho com seres humanos submetidos a condições históricas de exclusão e negação de direitos. Isto é, o analfabetismo é a consequência da pobreza gerada por uma estrutura social desigual e excludente.

A alfabetização de adultos, no MST, ganha enfoque a partir da primeira ocupação de terras ocorrida no Sul do país, mais especificamente no estado do Paraná. Alinhado a um processo maior de luta por reforma agrária e também por mudanças sociais estruturais, surge o Movimento Sem Terra, no ano de 1984, no acampamento Ronda Alto, localizado no estado do Paraná, com ocupação massiva na região. A partir daí, então, teremos a construção de um movimento nacional que irá se consolidar em 24 estados da Federação e terá, dentre as suas bandeiras, a educação da classe trabalhadora no campo, sendo a EJA umas das principais frentes de luta.

Em decorrência disto, surgem os projetos e cursos de escolarização – entendemos por escolarização os cursos de nível fundamental

e profissionalizante de nível superior em várias Universidades Federais e Estaduais, além dos centros de ensino do próprio MST como a Escola Nacional Florestan Fernandes e o Instituto de Educação Josué de Castro, onde são atendidas demandas de outros segmentos e movimentos sociais.

A história da alfabetização do MST está associada à própria história do movimento, fazendo parte da trajetória do povo que aprende a utilizar os saberes acumulados para construir caminhos de libertação. É a essência da pedagogia do oprimido que se liberta, na medida em que liberta a terra das cercas do latifúndio e das condições ignorantes que destroem a natureza ao invés de preservar as condições de vida na terra.

A Educação de Jovens e Adultos no MST nasce como uma necessidade de continuar a luta pela terra e pela reforma agrária na sua dimensão mais ampla. Podemos afirmar que, para o MST, não basta apenas romper as cercas do latifúndio, é preciso romper as cercas da ignorância e do capital. Assim, a EJA no MST dá-se no bojo do conflito das lutas por terra e por reforma agrária no Brasil. Tomamos o período de 1979 a 1983 como o período em que os camponeses brasileiros desenvolveram o processo de lutas radicais contra a força do estado burguês que, no momento de ditadura militar, esteve mais forte e mais visível para controlar as lutas com a força e a repressão armada.

O MST entende que o aprendizado tem que acontecer a partir de uma educação calcada na pedagogia do próprio movimento, onde o ato do fazer e do refazer político-pedagógico seja algo constante nas práticas de ensino, nos assentamentos e acampamentos. No MST, a concepção de Educação de pessoas adultas é concebida como direito de todos, respeitando os sujeitos humanos que dela participam, vivem no campo, têm na sua convicção a certeza de que sempre é tempo de aprender. Dessa forma a alfabetização de adultos é

vista como a apropriação dos conhecimentos necessários para gerar vida com dignidade, e os fatores imprescindíveis desta tarefa são a organização da base, a formação política e ideologia dos assentados e acampados e o estudo da realidade objetiva destes sujeitos.

A alfabetização no MST não é vista, então, como o preenchimento de um tempo perdido, vago e ultrapassado, apesar de a realidade social do país ter imposto esta ideia aos sujeitos jovens e adultos. A EJA deve ser vista como um tempo possível ou o único acessível aos sujeitos, sempre tendo em vista que o conhecimento é direito de todos e que nunca é tarde para se apreender alguma coisa na vida. Como bem afirma Freire:

O ato de aprender a ler e a escrever se faz assim uma oportunidade para que mulheres e homens percebam o que realmente significa dizer a palavra: um comportamento humano que envolve ação e reflexão. Dizer a palavra, em sentido verdadeiro, é o direito de expressar-se e expressar o mundo, de criar e recriar, de decidir, de optar (1987, p. 49).

Um dos grandes desafios do MST é conquistar as escolas do campo e, com essa luta, trava-se a batalha para garantir o espaço pedagógico da educação do campo. A preocupação tem como objetivo, realmente, consolidar uma educação não pensada para o campo e, sim, que seja construída com os sujeitos do campo, com características do próprio espaço circundante. A luta do MST por uma escola direcionada decorre da percepção que a educação se constitui enquanto um espaço hegemônico. Na educação tradicional desconsidera-se a existência da intencionalidade de opressores e, principalmente, a existência de oprimidos na escola.

Diariamente, escutamos julgamentos que tomam a escola como um espaço em que todos e todas têm os mesmos direitos e são iguais, sem reconhecer que muitos foram excluídos da escola, tornando a educação um fator de

discriminação e de exclusão. A realidade dos jovens e adultos do campo é, pois, preocupante porque, em sua maioria, esses jovens e adultos não concluíram o Ensino Fundamental e grande parte deles não se alfabetizaram.

Tomando como referência a trajetória do MST, podemos avaliar a realidade com base em dados mais concretos. Em muitos acampamentos e assentamentos encontramos a triste verdade de jovens e adultos que não sabem ler e escrever nem seus próprios nomes. A discussão da diversidade não contemplada pela educação brasileira pode contribuir para construir algo novo, que não seja considerado um projeto pronto, mas um projeto em permanente construção. Os problemas da educação no campo surgem, principalmente, pela falta de escola e pelas dificuldades apresentadas pelos sujeitos de frequentar qualquer escola, devido à distância, falta de transporte etc. Como não são estes os únicos problemas, deve-se destacar, principalmente, o esquecimento a que foram relegados os sujeitos do campo, nunca contemplados pelas metodologias e livros didáticos, elementos estes que contribuíram, também, para o apagamento desta realidade.

A EJA no campo é, portanto, uma conquista. Uma conquista de quem realmente quer acessar o seu direito negado por falsas convenções de que existe “lugar para se aprender”, “lugar para se ensinar”, de que no campo não se precisa do exercício desse direito, só para quem deseje ou possa ir para a cidade.

No MST, o objetivo da Educação de Jovens e Adultos é proporcionar conteúdos que signifiquem a existência dos sujeitos e que trabalhem com a emoção, pois é a emoção que possibilita a aprendizagem. Aquilo que não tem significado dificilmente será assimilado. O desenvolvimento humano deve se realizar a partir de seu cotidiano, de sua história, pois são esses elementos que entendemos como cultura. E a cultura passa a ser, então, resultado das várias manifestações que acontecem de

diferentes formas e de diversos significados.

Manifestações culturais são originárias de um povo que não é homogêneo em sua formação e em sua expressão cultural. Questões como essas devem ser previstas em projetos de educação, que sejam pensados não só a partir dos conteúdos, mas, principalmente, do desenvolvimento humano. À Educação de Jovens e Adultos é importante atribuir-se o desafio de que o projeto educacional deve ser resultado de uma construção coletiva do qual toda a sociedade participe conscientemente. Assim, trabalhadores do campo devem ter o direito de dizer quais formatos de educação querem para si e para seus filhos, quais valores devem estar presentes nessa educação.

A Pedagogia do Movimento é o elemento instigador que desperta os homens e mulheres do campo a dar respostas aos seus dilemas sociais, primeiro por que mostra que o campo é um lugar de direitos também, e que os conhecimentos historicamente construídos são desenvolvidos no campo e merecem, como tal, ser valorizados. Os conhecimentos no campo têm relação direta com a prática do dia a dia, portanto, saber ler e escrever é um direito de todos os cidadãos que vivem essa realidade (MST, 2005).

O despertar de homens e mulheres trabalhadores do campo vai além: é no movimento da luta que jovens e adultos se descobrem capazes de aprender e de ensinar. Voltando à experiência do MST, criou-se a mística no lema **sempre é tempo de aprender**. Este lema, criado pelos próprios trabalhadores, também é resposta à desmotivação trazida pela ideia de que há um tempo próprio para se compartilhar conhecimentos. A Pedagogia do Movimento mostra que o tempo é construção do sujeito; a história feita por ele próprio; que não há tempo perdido para alfabetização; que o que existe é o tempo real e concretamente acessível aos sujeitos jovens e adultos terem acesso ao conhecimento.

Atualmente o MST está desenvolvendo

uma ampla campanha de alfabetização em parceria com vários setores sociais, Universidades e o governo cubano, por meio de um programa de alfabetização chamado “sim eu posso”. A campanha visa diminuir os números do analfabetismo nas áreas de assentamentos e acampamentos em todo o território do MST, cujo foco encontra-se nas regiões do norte e Nordeste do território nacional. O MST entende que é preciso continuar defendendo o direito de todos e todas à educação/escolarização, pois, só amparados por ela, podemos viabilizar a formação técnica e política demandada pela necessidade de desenvolvimento do campo brasileiro.

Dada a realidade do analfabetismo nos assentamentos e acampamentos, é necessária a construção de parcerias que primem pela massificação da alfabetização. Entendemos a necessidade de desmistificação do fatalismo existente no imaginário dos assentados (de que papagaio velho não aprende a falar) como intimamente relacionado à necessidade de reafirmar a ideia: “sempre é tempo de aprender”. Para isso, é preciso dar continuidade aos processos de escolarização dos alfabetizados, assumindo a denominação ampla de educação enquanto processo de formação e emancipação humana permanente.

A EJA deve ser vista não como tempo perdido, mas como espaço possível ao processo de construção do saber popular, ambiente no qual possa existir o debate em torno da realidade dos sujeitos e de suas possibilidades emancipatórias. Uma EJA que entenda o adulto como adulto, sabendo que se trata de sujeitos que tiveram direitos essenciais negados, sendo a educação apenas mais um destes direitos. A educação deve ser vista, então, como parte de um universo social negado a estes cidadãos, ainda que imprescindível à emancipação humana, dada a sua relevância social e cultural no mundo das letras e dos números.

Para concluir, deduz-se que a EJA vai

além dos programas de alfabetização, pois eles não abarcam a complexidade em que se encontra a sociedade, quando o assunto é o acesso ao conhecimento. É, então, de suma importância entender que resolver o problema do analfabetismo não resolve por completo o problema social gerado, em parte, por ele mesmo. A oferta de um ensino para jovens e adultos deve vir acompanhada de outras políticas integradoras, para que o conhecimento encontre funcionalidade social e não configure milhares de analfabetos em analfabetos funcionais.

Atualmente o MST e outros movimentos sociais lutam pela permanência e continuidade do PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, este programa, na sua filosofia, visa atender as demandas dos assentamentos e acampamentos de Reforma Agrária, atuando mais como meio paliativo, que como uma política pública de fato.

Considerações Finais

Discutir a EJA, em uma perspectiva do movimento, remeteu-nos ao pensamento sobre as péssimas condições educacionais que produzem não apenas um ensino de péssima qualidade, mas também excluem o trabalhador da escola em sua época “normal”, produzindo assim um número relevante de jovens e adultos que não tiveram acesso às condições mínimas necessárias para concluir os seus estudos na infância e adolescência. Um retrospecto histórico da educação de jovens e adultos no campo e na cidade revela um quadro de exclusão e marginalização, comprovando uma realidade marcadamente desfavorável à população camponesa.

O sistema de educação implementado no Brasil é fortemente marcado pelo modelo excludente de desenvolvimento do campo brasileiro. Durante séculos, esse sistema serviu à classe dominante, permanecendo inacessível para grande parte da população do campo,

principalmente, pela concepção vigente de que para desenvolver o trabalho agrícola, o letramento não se faz necessário. Para as elites do Brasil agrário, as mulheres, os indígenas, os negros e os trabalhadores rurais prescindiam do aprendizado da leitura e da escrita. E, por essa razão, foram excluídos do processo educativo por muito tempo, resultando hoje em um meio rural brasileiro que apresenta os mais baixos índices de escolaridade do mundo.

O protagonismo dos Movimentos Sociais do Campo na luta pela terra e pela garantia do direito à educação e ao conhecimento é um elemento fundamental para construir, efetivamente, a emancipação dos trabalhadores do campo e da cidade. É chegado o momento de corrigir dívidas históricas para com as populações camponesas, proporcionando a elas uma educação específica, diferenciada, alternativa e com qualidade.

Referências

- ADORNO, Theodor W. **Educação e Emancipação**. 3. ed. Tradução de Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.
- BOTTOMORE, Tom. (Org.). **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1997.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa** (2004). 3. ed. São Paulo: Positivo, 2004.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**. Um reencontro com a pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 19. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais**. PNAD/PNERA (2003-2005). Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/home/default.php>>. Acesso em: 17 nov. 2010.
- MARX, Karl. **A questão judaica**. Tradução de João Fagundes. Lisboa, 1978.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **Educação de jovens e adultos: sempre é tempo de aprender**. São Paulo: MST, 2004. (Caderno de Educação, n. 11).
- POGREBINSCHI, Thamy. Emancipação: um conceito em busca de uma teoria. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA (ABCP), 4., 2004, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: PUC, 2004.
- SANTOS, Boaventura de Souza; NUNES, João Arriscado. Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. In: SANTOS, Boaventura de Souza. (Org.) **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- ZITKOSKI, Jaime José. Educação popular e emancipação social: convergências nas propostas de Freire e Habermas. In.: Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), 26., 2004, Caxambú. **Anais...** Caxambú, 2004.

Submetido em 4 de janeiro de 2011

Aprovado em 13 de abril de 2011